



TAXA DE ILUMINAÇÃO

Uma briga de foice no escuro

Vereadores questionam isenção de cobrança para templos religiosos, e MP abre inquérito

Daniel Ramalho - 30/11/2009

Caio de Menezes

Aprovada anteontem pela Câmara de Vereadores, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), foi classificada pela Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) como "aumento desmedido da carga tributária e uma bitributação". Vereadores também questionam a isenção de templos religiosos da cobrança, que oscila entre R\$ 2 e R\$ 90 para os contribuintes.

A Fecomércio-RJ disse ainda que, se a Lei for sancionada, entrará na Justiça. Entretanto, o prefeito Eduardo Paes foi sucinto:

— Este projeto foi uma iniciativa da administração passada e vem sendo discutido há muito tempo. A aprovação dele é importante para a cidade. O Rio é uma das poucas capitais do país onde essa taxa de iluminação pública não é cobrada. O projeto do meu antecessor tem o objetivo de reparar essa distorção. Minha intenção é sancioná-lo.

O promotor Rodrigo Terra, da Defesa do Consumidor do Ministério Público do Rio, abriu nesta quinta-feira um inquérito civil público para avaliar a nova lei.

Alguns vereadores questionam a isenção às igrejas e sugerem que Paes teria feito um acordo com a bancada evangélica.

Retaliações à vista

O vereador Eider Dantas (DEM) afirmou que sua assessoria jurídica formulará uma ação contra a nova lei, que considera inconstitucional. Segundo ele, os templos já têm isenção do IPTU.

— Ou todos pagam, ou ninguém paga — sentenciou.

Para o presidente da Comissão Especial da RioLuz e vice-presidente da Câmara Municipal, Carlo Caiado (DEM), a Cosip é "prejudicial à população e, além de inconstitucional, beneficia uma empresa que não é um exemplo de bons serviços".



INEFICIÊNCIA — Segundo a Câmara dos Vereadores, Light não presta bons serviços à população carioca

— Em pouco tempo nas ruas, colhemos mais de 5 mil assinaturas contra a taxa, todos estão indignados. Isso é bitributação, além de o dinheiro ir para Light, responsável pelos apagões e que provou não ter competência. Iremos até a Justiça, se preciso for — avisou o vereador.

De acordo com Caiado, a cobrança é "abusiva e desnecessária".

— A população não aguenta mais a taxa, já que paga IPTU, que não é barato. Sem falar que o dinheiro já existe nos cofres do município. O Paes autorizou um gasto de R\$ 120 milhões apenas para a publicidade. Será que é realmente necessário esse valor? — questionou o parlamentar.

Para o vereador e pastor evangélico João Mendes de Jesus (PRB), a população carioca, "com o tem-



A população não aguenta mais taxa. Ela já paga IPTU, que não é barato. E o dinheiro já existe

Carlo Caiado
Presidente da Comissão Especial da RioLuz e vice-presidente da Câmara

po, perceberá que a iluminação pública melhorou e com isso passará a apoiar a Cosip", que, de acordo com ele, vem sendo debatida na Câmara desde o governo passado, o que demonstra que os vereadores estão a discutir com a sociedade

carioca de forma transparente.

— Conversei sobre a iluminação da cidade e sua segurança com técnicos, parlamentares e com quem administra o município. Disseram-me que o orçamento para a iluminação pública é de R\$ 66 milhões, o que é muito pouco para iluminar a segunda maior cidade do país com qualidade. Com a Cosip, teremos mais R\$ 120 milhões, o que permitirá melhorias — disse.

A RioLuz alega que todo o seu orçamento vem do Tesouro Municipal. Segundo a empresa, em 2009 a verba foi de R\$ 55 milhões, quase metade, R\$ 23,8 milhões gasta em manutenção. "Em contas pagas à Light, foram gastos R\$ 96 milhões este ano, valor este que não saiu do orçamento", informou.



Associações de moradores criticam Cosip e vereadores

O presidente da Associação de Moradores do Méier (Zona Norte), Jorge Luiz de Souza, criticou a criação da Taxa de Iluminação Pública.

– Todos os moradores reclamam dela aqui no bairro, isso é óbvio. A carga tributária já é muito alta. Ninguém vê essa cobrança com bons olhos.

Regina Chiaradia, presidente da Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (Amab), disse que já recebeu muitos e-mails reclamando da taxa.

– Todos acham uma medida antipática. E me chateia muito por ter sido feita no apagar das luzes. Outro ponto criticado é que quem gastar mais em casa terá de pagar mais pela iluminação pública. Não existe lógica ou sentido nisso – afirmou.

Condomínios

Para a presidente da Associação de Moradores e Amigos do Leblon (AmaLeblon), Evelyn Rosenzweig, o brasileiro já “já está escolado com a criação de novas taxas”.

– A prefeitura não consegue realizar o seu trabalho direito, por isso a população fica reticente em pagar uma taxa que já paga, através do IPTU. Outro questionamento aqui no bairro é saber se quem mora em condomínios terá de pagar esses novos tributos.

Evelyn questionou também a atuação dos vereadores cariocas.

– Eles tinham que cobrar providências sobre o desperdício dos postes acesos durante o dia, não criar uma nova taxa – afirmou.